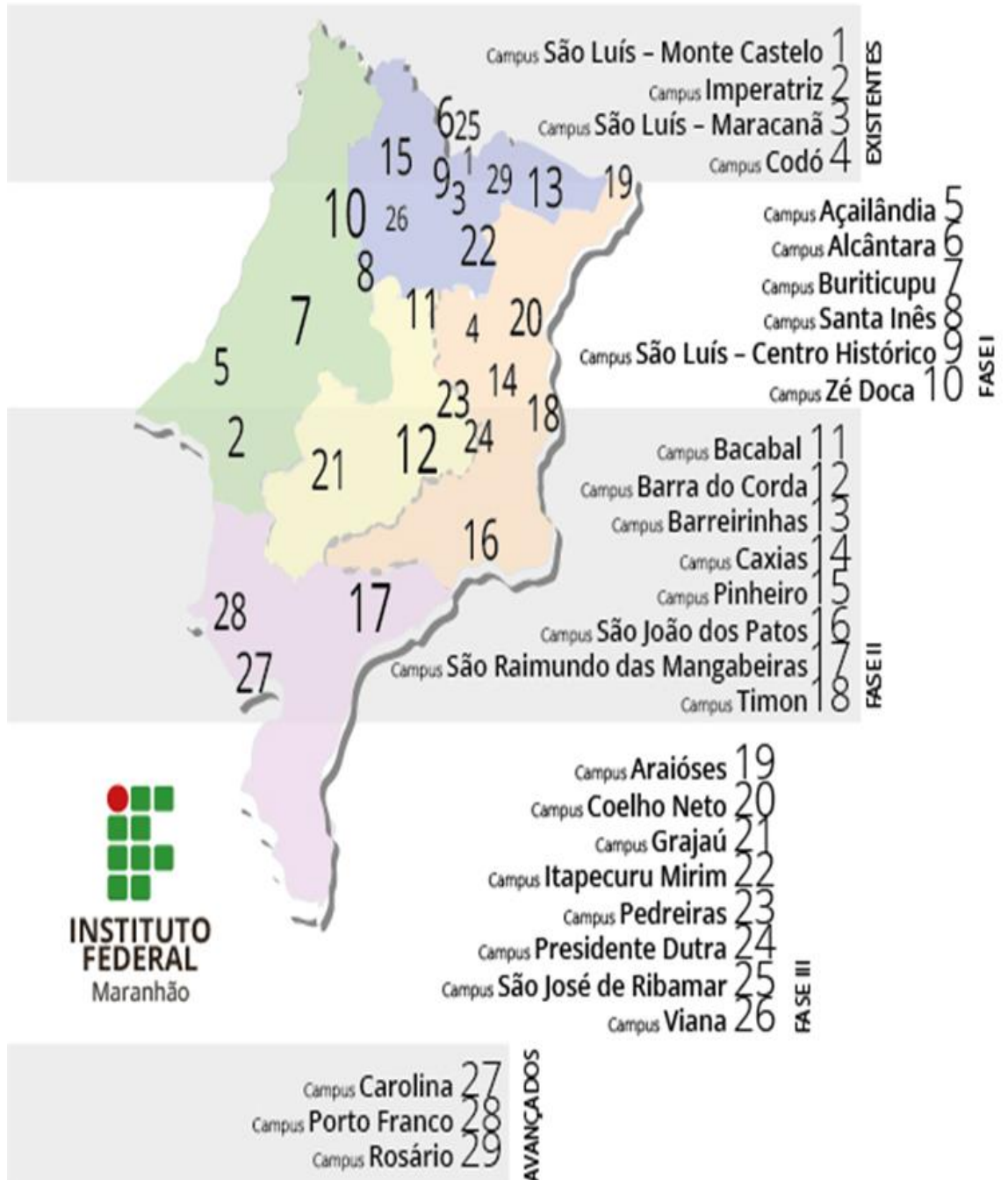




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
 AUDITORIA INTERNA

Relatório Anual de Auditoria Interna – RAIN T – Exercício 2016

**R  
A  
I  
N  
T  
2  
0  
1  
6**



**São Luís  
2017**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINI – Exercício 2016*

---

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA**

**São Luís  
2017**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

---

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AUDINT	Auditoria Interna
CEFET-MA	Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão
CGU	Controladoria Geral da União
CONSUP	Conselho Superior
DGTI	Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação
DOU	Diário Oficial da União
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IN	Instrução Normativa
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MF	Ministério da Fazenda
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NA	Nota de Auditoria
NT	Nota Técnica
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão e Relações Institucionais
PROGEPE	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROPLAD	Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PRPGI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
SEDAP	Secretaria de Administração Pública
SFC	Secretaria Federal de Controle Interno
SISAC	Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

---

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 01	Pontos de presença do IFMA no Estado do Maranhão .....	12
-----------	--	----



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

---

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 01	Recomendações pendentes de implementação .....	59
-----------	--	----



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

---

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01	Demonstrativo de indícios de acumulação por unidade 2016 .....	52
------------	--	----



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

---

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 01	Identificação das unidades objeto das ações de auditoria .....	13
Tabela 02	Rol de responsáveis das unidades gestoras do IFMA .....	17
Tabela 03	Servidores da Auditoria Interna – cargo – função - formação acadêmica .	23
Tabela 04	Auditorias previstas e realizadas no exercício de 2016 .....	25
Tabela 05	Cenário de Acumulação de cargos de servidores – exercício/2016 .....	51
Tabela 06	Auditorias programadas no PAINT 2016 e não realizadas .....	54
Tabela 07	Ações de Auditorias realizadas sem previsão do PAINT 2016 .....	56
Tabela 08	Treinamentos - Capacitações - Servidores da AUDINT .....	60



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAIN T – Exercício 2016*

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1	Do Relatório de Auditoria Interna – RAIN T 2016 .....	9
<b>2</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO – IFMA .....</b>	<b>10</b>
2.1	Identificação das unidades objeto dos trabalhos da Auditoria Interna .....	12
2.2	Identificação e Portaria do MEC de funcionamento dos Câmpus .....	14
2.3	Unidades Gestoras (UG) – Gestão 26408 – Rol de Responsáveis .....	15
<b>3</b>	<b>DA AUDITORIA INTERNA .....</b>	<b>20</b>
3.1	Força de trabalho da Unidade de Auditoria Interna .....	23
3.1.1	Cargo – Função – Formação Acadêmica .....	23
<b>4</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS PELA AUDITORIA INTERNA EM CONFORMIDADE COM O PAINT 2016 APROVADO PELA RESOLUÇÃO Nº 13/2016 .....</b>	<b>24</b>
<b>5</b>	<b>AÇÕES DE AUDITORIAS PROGRAMADAS E NÃO REALIZADAS COM JUSTIFICATIVAS PARA A NÃO EXECUÇÃO .....</b>	<b>53</b>
5.1	Justificativas para não cumprimento integral do PAINT 2016 .....	53
<b>6</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS SEM PREVISÃO NO PAINT 2016 ...</b>	<b>55</b>
<b>7</b>	<b>ANÁLISE CONSOLIDADA DO NÍVEL DE MATURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DAS UNIDADES AUDITADAS .....</b>	<b>58</b>
<b>8</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM POSITIVA OU NEGATIVAMENTE NOS RECURSOS E NA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA E NA REALIZAÇÃO DAS AUDITORIAS .....</b>	<b>59</b>
<b>9</b>	<b>QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS NO EXERCÍCIO, BEM COMO AS VINCENDAS E AS NÃO IMPLEMENTADAS NA DATA DE FINALIZAÇÃO DO RAIN T 2016 .....</b>	<b>59</b>
<b>10</b>	<b>DESCRIÇÃO DAS CAPACITAÇÕES REALIZADAS .....</b>	<b>60</b>
<b>11</b>	<b>DESCRIÇÕES DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA AO LONGO DO EXERCÍCIO .....</b>	<b>62</b>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

---

## **1 INTRODUÇÃO**

### **1.1 Do Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT 2016**

O Relatório Anual da Auditoria Interna tem por base os conceitos e as diretrizes estabelecidas pela Controladoria Geral da União (CGU), por intermédio da Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro 2015, que dispõe sobre a elaboração, a apresentação do RAINT, após aprovação pelo Conselho Superior (CONSUP), também, foi observado às diretrizes estatuídas na Resolução nº 030, de 11 de junho de 2014, CONSUP, que aprovou o Regimento Geral do IFMA.

A Instrução Normativa nº 24, de 17 de dezembro de 2015, determina requisitos mínimos para o RAINT, transcrição na íntegra a seguir:

I - descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados de acordo com o PAINT;

II – análise consolidada acerca do nível de maturação dos controles internos do órgão ou entidade, com base nos trabalhos realizados, identificando as áreas que apresentaram falhas relevantes e indicando as ações promovidas para regularização ou mitigação dos riscos delas decorrentes;

III - descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT, indicando sua motivação e seus resultados;

IV – relação dos trabalhos de auditoria previstos no PAINT não realizados ou não concluídos, com as justificativas para a sua não execução e, quando aplicável, com a previsão de sua conclusão;

V - descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias;

VI – descrição das ações de capacitação realizadas, com indicação do quantitativo de servidores capacitados, carga horária, temas e a relação com os trabalhos programados;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

---

VII - quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do RAINT, com a inclusão, neste caso, dos prazos de implementação e as justificativas do gestor; e

VIII – descrição dos benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício. Na mesma linha de regramentos, a Instrução Normativa nº 24/2015, também determina, que na elaboração da matriz de riscos deverão ser considerados o resultado da análise dos riscos associados a um macroprocesso ou tema, em termos de impacto e de probabilidade, que possam vir a afetar os objetivos propostos pela organização a ser auditada.

E ainda a Resolução nº 030/2014, do CONSUP determina no art. 184, que compete à Auditoria Interna a elaboração do RAINT na forma e nos prazos estabelecidos pela CGU.

O presente documento está estruturado da seguinte maneira: 1) introdução; 2) caracterização do Instituto Federal do Maranhão; 3) da auditoria interna; 4) Ações de Auditoria programadas e não realizadas com justificativas para a não execução; 5) Descrição dos trabalhos realizados sem previsão no PAINT 2016; 6) Análise consolidada no nível de maturação dos controles internos das unidades auditadas; 7) Descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias; 8) Quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de finalização do RAINT 2016; 9) Descrição das ações de capacitação realizadas e 10) Descrições dos benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício.

## **2 CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO - IFMA**

A educação profissional possui uma longa trajetória no ensino brasileiro. Embora tenha como marco a década de 40, com a implantação dos ensinos industrial, comercial e agrícola, entre 1942 e 1946, sua história tem início com a criação, em algumas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

províncias, das Casas de Educandos Artífices ainda nos oitocentos, as quais fecharam no início do período republicano. Em 1909, com os ímpetus da industrialização, foram criadas, no Governo Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7.566, dezenove Escolas de Aprendizes Artífices em diferentes estados da federação, tendo como objetivo atender o ensino profissional, primário e gratuito (CARNEIRO, 2010; MEC-BRASIL, 2009, p.1-4). Com a institucionalização da nova escola, criou-se uma dualidade estrutural no ensino, com escolas para formar intelectuais e outra para conformar trabalhadores (CARNEIRO, 2010, p. 6). Porém, ao longo desse período, foi alterando-se a compreensão substancial, real e legal acerca desta modalidade de ensino.

Outro fato que merece destaque é a transformação das Escolas de Aprendizes Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, pelo Decreto nº 4.127/42, para oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir desse ano, inicia-se formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação (BRASIL - MEC, 2009).

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias, passando a ser denominadas de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensifica-se a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização (BRASIL - MEC, 2009).

Em 1989, a então Escola Técnica Federal do Maranhão transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e posteriormente, em 2008, com o advento da Lei nº 11.892, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, tratado como Instituto Federal do Maranhão (IFMA), mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras.

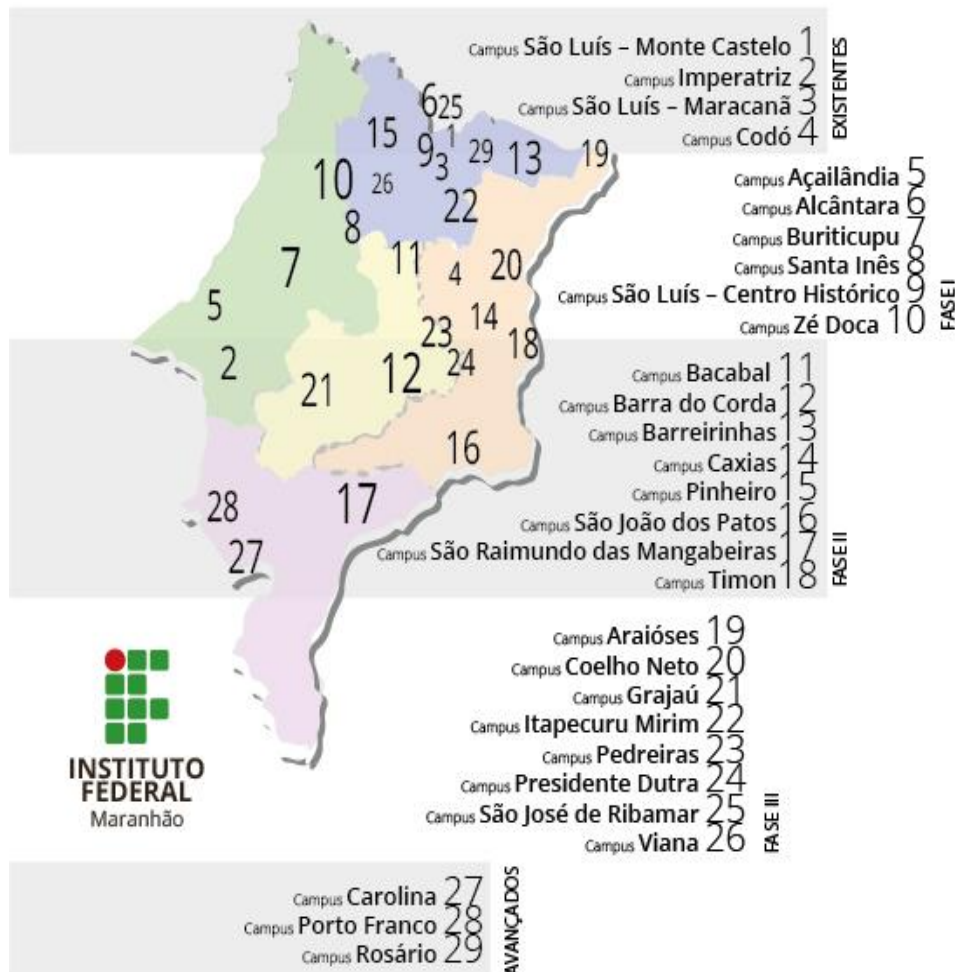
Atualmente, o IFMA possui administração central denominada de Reitoria, em São Luís - MA, com suas unidades, denominadas de Campus, espalhadas em vários pontos de presença do Estado do Maranhão, conforme mostra a Figura 1.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016

Figura 1 - Pontos de presença do IFMA no Estado do Maranhão



Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Administração

## 2.1 Identificação das Unidades objeto dos trabalhos da Auditoria Interna

A tabela 1, abaixo apresenta as informações sobre a identificação do IFMA, no tocante à gestão orçamentária, bens e serviços, recursos humanos, patrimonial, financeira e contábil.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016

Tabela 1 – Identificação das unidades objeto das ações de auditoria

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo	Órgão de Vinculação: Ministério da Educação	Código SIORG: 244	
Identificação da Unidade			
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.			
Denominação Abreviada: IFMA			
Código SIORG: 100921	Código LOA: 26408	Código SIAFI: 158128	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal	CNPJ: 10.735.145/0001-94		
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico			Código CNAE: 9999-9
Telefones de contato:	(98) 3215-1809	(98) 3215-1751	(98) 3215-1811
Endereço Eletrônico: gabinete@ifma.edu.br		Página na Internet: <a href="http://portal.ifma.edu.br/">http://portal.ifma.edu.br/</a>	
Endereço Postal: Av. Marechal Castelo Branco, 789 – São Francisco. CEP 65.076-091. São Luís -MA			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade			
Código SIAFI	Nome		
158128	Reitoria		
158295	Campus Açailândia		
158292	Campus Alcântara		
154858	Campus Araioses		
158297	Campus Bacabal		
158284	Campus Barra do Corda		
158285	Campus Barreirinhas		
158283	Campus Buriticupu		
158456	Campus Caxias		
158293	Campus Codó		
158455	Campus Coelho Neto		
154854	Campus Grajaú		
158294	Campus Imperatriz		
154857	Campus Itapecuru Mirim		
154855	Campus Pedreiras		
158282	Campus Pinheiro		
158290	Campus Santa Inês		
158291	Campus São João dos Patos		
154859	Campus São José de Ribamar		
158288	Campus São Luís-Centro Histórico		
158276	Campus São Luís-Maracanã		
158286	Campus São Luís-Monte Castelo		
158296	Campus São Raimundo das Mangabeiras		
158457	Campus Timon		
154856	Campus Viana		
158289	Campus Zé Doca		
Gestões relacionadas à Unidade			
Código SIAFI	Nome		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016

26408	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
O IFMA possui gestão única, com código 26408.	
<b>Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade</b>	
Código SIAFI	Nome
26408	IFMA

Fonte: PROPLAD

## 2.2 Identificação e Portaria do MEC de funcionamento dos Câmpus

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possibilitou ao Instituto Federal do Maranhão a criação, através de fases de implantação, de 22 novos Câmpus, 3 Câmpus Avançados, além da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão, com sua Unidade Descentralizada de Imperatriz, e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras, pré-existentes. A estruturação desses novos Campus se deu em decorrência das Leis 11.534/07 e 11.740/08, que determinam o quantitativo de cargos para essas unidades de ensino, e ensejaram a autorização de funcionamento, conforme relacionado a seguir:

<b>CAMPUS DO IFMA – FASE I</b>	<b>PORTARIA MEC Nº</b>	<b>PUBLICAÇÃO DOU Nº</b>
Açailândia	156, de 30.01.2008	22, de 31.01.2008
Alcântara	106, de 29.01.2010	21, de 01.02.2010
Buriticupu	1.968, de 18.12.2006	242, de 19.12.2006
Santa Inês	157, de 30.01.2008	22, de 31.01.2008
São Luís-Centro Histórico	158, de 30.01.2008	22, de 31.01.2008
Zé Doca	1.969, de 18.12.2006	242, de 19.12.2006
<b>CAMPUS DO IFMA – FASE II</b>	<b>PORTARIA MEC Nº</b>	<b>PUBLICAÇÃO DOU Nº</b>
Bacabal	1.170, de 21.09.2010	182, de 22.09.2010
Barreirinhas	1.170, de 21.09.2010	182, de 22.09.2010
Barra do Corda	1.170, de 21.09.2010	182, de 22.09.2010



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

Caxias	1.170, de 21.09.2010	182, de 22.09.2010
Pinheiro	1.170, de 21.09.2010	182, de 22.09.2010
São João dos Patos	1.170, de 21.09.2010	182, de 22.09.2010
São Raimundo das Mangabeiras	1.170, de 21.09.2010	182, de 22.09.2010
Timon	1.170, de 21.09.2010	182, de 22.09.2010

<b>CAMPUS DO IFMA – FASE III</b>	<b>PORTARIA MEC Nº</b>	<b>PUBLICAÇÃO DOU Nº</b>
Coelho Neto	330, de 23.04.2013	78, de 24.04.2013
Grajaú	993, de 07.10.2013	195, de 08.10.2013
Pedreiras	993, de 07.10.2013	195, de 08.10.2013
São José de Ribamar	1.074, de 30.12.2014	253, de 31.12.2014
Viana	1.074, de 30.12.2014	253, de 31.12.2014
Araioses	378, de 09.05.2016	88, de 10.05.2016
Itapecuru Mirim	378, de 09.05.2016	88, de 10.05.2016

É importante destacar que embora o Campus Presidente Dutra seja pertencente à fase III, ainda não possui Portaria de autorização de funcionamento emitida pelo Ministério da Educação (MEC).

<b>CAMPUS AVANÇADOS IFMA</b>	<b>PORTARIA MEC Nº</b>	<b>PUBLICAÇÃO DOU Nº</b>
Carolina	1.074, de 30.12.2014	253, de 31.12.2014
Porto Franco	1.074, de 30.12.2014	253, de 31.12.2014
Rosário	1.074, de 30.12.2014	253, de 31.12.2014

Os *Campi* Avançados não possuem estrutura de gestão administrativa para a execução de seus processos de contratação e execução orçamentária financeira (não possuem UGE), sendo estes executados pela Reitoria.

### **2.3 Unidades Gestoras (UG) - Gestão 26408 – Rol de Responsáveis**

Segundo o Tribunal de Contas da União (2010), são considerados responsáveis pela gestão, os titulares e seus substitutos que desempenharem, durante o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

período a que se referirem as contas, as seguintes naturezas de responsabilidade, conforme transcrição na íntegra:

I. dirigente máximo da unidade jurisdicionada;

II. membro de diretoria ou ocupante de cargo de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente de que trata o inciso anterior, com base na estrutura de cargos aprovada para a unidade jurisdicionada;

III. membro de órgão colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por ato de gestão que possa causar impacto na economicidade, eficiência e eficácia da gestão da unidade.

Parágrafo único. O Tribunal poderá definir outras naturezas de responsabilidade na decisão normativa de que trata o art. 4º.

Art. 11. O rol de responsáveis deve conter as seguintes informações:

I. nome e número do Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF) do responsável arrolado;

II. identificação da natureza de responsabilidade, conforme descrito no artigo anterior ou na decisão normativa de que trata o art. 4º desta instrução normativa, e dos cargos ou funções exercidas;

III. indicação dos períodos de gestão, por cargo ou função;

IV. identificação dos atos formais de nomeação, designação ou exoneração, incluindo a data de publicação no Diário Oficial da União ou em documento de divulgação pertinente;

V. endereço residencial completo; e

VI. endereço de correio eletrônico.

§ 1º A unidade jurisdicionada deve manter cadastro informatizado de todos os responsáveis a ela vinculados, em cada exercício, com todas as informações indicadas no *caput* deste artigo, ainda que os responsáveis não tenham exercido as responsabilidades fixadas no *caput* do art. 10.

§ 2º O rol destinado à constituição de processo de contas sob a forma consolidada deve abranger somente os responsáveis da unidade jurisdicionada consolidadora, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 10.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

§ 3º O rol destinado à constituição de processo de contas sob a forma agregada deve relacionar os responsáveis da unidade jurisdicionada agregadora e das unidades jurisdicionadas agregadas.

Neste prisma de conceitos, segue abaixo a relação dos responsáveis pela gestão das unidades objeto dos trabalhos de auditoria no exercício de 2017, conforme tabela 2.

**Tabela 2 – Rol de responsáveis das unidades gestoras do IFMA**

PERÍODO DE 01/01 A 15/09/2016		
UG	CÂMPUS	GESTOR (ES) PRINCIPAL
158128	REITORIA	Francisco Roberto Brandão Ferreira - Reitor Carlos César Teixeira Ferreira – Gestor Financeiro
158282	PINHEIRO	Mariano Matos Ribeiro - Diretor geral Jandson Christian Pereira Mendes
158284	BARRA DO CORDA	Marinete Moura da Silva Lobo - Diretora Geral Antônio Vitor Ribeiro dos Santos - Gestor Financeiro
158297	BACABAL	Clarisse Cordeiro Medeiros – Diretora Geral Tássio Teixeira Moraes - Gestor Financeiro
158294	IMPERATRIZ	Saulo Cardoso – Diretor Geral Francisco S. Rodrigues Pereira – Gestor Financeiro
158285	AÇAILÂNDIA	José Werbet Ferreira Silva – Diretor Geral Lairton José Gomes da Silva - Gestor Financeiro
158283	BURITICUPU	Ronald Ribeiro Correa – Diretor Geral Aniel da Silva Negreiros - Gestor Financeiro
158289	ZÉ DOCA	João da Paixão Soares – Diretor Geral Guilherme Andrade Lopes - Gestor Financeiro
158289	SANTA INÊS	Locília de Jesus Silva Costa – Diretora Geral Eden Wam Gomes Castro - Gestor Financeiro
158293	CODÓ	José Cardoso de Souza Filho – Diretor Geral Sebastião Laerte Santos - Gestor Financeiro
158291	S.J.DOS PATOS	Antonio Maia de Oliveira – Diretor Geral Walter Francisco Pereira - Gestor Financeiro
158456	CAXIAS	João da Paixão Soares – Diretor Geral



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

		Guilherme Andrade Lopes - Gestor Financeiro
158276	MARACANÃ	Lucimeire Amorim Castro – Diretora Geral Marcos Lima de Araújo - Gestor Financeiro
158285	BARREIRINHAS	José Valdir Damascena Araújo – Diretor Geral Victor Alves de Carvalho - Gestor Financeiro
158292	ALCÂNTARA	Edalton dos Reis Silva Edson Claudio Araújo de Jesus - Gestor Financeiro
158296	S.R.MANGABEIRAS	Carlos Antonio Barbosa Firmino – Diretor Geral Rayanne Lopes dos Santos Silva - Gestor Financeiro
158845	TIMON	Jackellyne Geórgia D. e S. Leite – Diretor Geral
158288	CENTRO HISTÓRICO	Carlos Alexandre Amaral Araújo – Diretor Geral Daniele Saraiva M. de Moraes - Gestor Financeiro
158286	MONTE CASTELO	Regina Lúcia Muniz Ribeiro – Diretora Geral Dulcineide dos R. M. Rego – Gestor Financeiro
158455	COELHO NETO	Arcenildo da Silva Nascimento – Diretor Geral Luís Maciel Batista Serra - Gestor Financeiro
154854	GRAJAÚ	Francisco Alberto Gonçalves Filho – Diretor Geral Widglan Barbosa de Sousa Nunes - Gestor Financeiro
154855	PEDREIRAS	Gedeon Silva Reis – Diretor Geral Marcos Reges Reis Ribeiro - Gestor Financeiro
154859	S.J.DE RIBAMAR	Marco Antônio Goiabeira Torreão – Diretor Geral Anselmo Alves Neto - Gestor Financeiro
154856	VIANA	Fabio Lustosa Souza - Diretor Geral Anderson Gedeon Buzar Reis - Gestor Financeiro
155113	ROSÁRIO	Madalena Martins de Sousa Neves – Diretora Geral
155111	CAROLINA	José Dioclides Goes Gonçalves – Diretor Geral
155112	PORTO FRANCO	Júlio César Nascimento Souza – Diretor Geral
<b>PERÍODO DE 16/09 a 31/12/2016</b>		
<b>UG</b>	<b>CÂMPUS</b>	<b>GESTOR (ES) PRINCIPAL</b>
158128	REITORIA	Francisco Roberto Brandão Ferreira - Reitor Carlos César Teixeira Ferreira – Gestor Financeiro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

158282	PINHEIRO	Vandeberg Pereira Araújo - Diretor Geral Silvestre de J. Paixão Júnior – Gestor Financeiro
158284	BARRA DO CORDA	Marinete Moura da Silva Lobo - Diretora Geral Antonio Vitor Ribeiro dos Santos - Gestor Financeiro
158297	BACABAL	Maron Stanley Silva Oliveira Gomes – Diretora Geral Tássio Teixeira Moraes - Gestor Financeiro
158294	IMPERATRIZ	Saulo Cardoso – Diretor Geral Francisco S. Rodrigues Pereira – Gestor Financeiro
158285	AÇAILÂNDIA	José Werbet Ferreira Silva – Diretor Geral Lairton José Gomes da Silva - Gestor Financeiro
158283	BURITICUPU	Vilson de Almeida Sousa – Diretor Geral Glauber Coimbra Ribeiro- Gestor Financeiro
158289	ZÉ DOCA	Davina Camelo Chaves - Diretora Geral Jackson Sousa Pereira - Gestor Financeiro
158289	SANTA INÊS	Aristóteles de Almeida Lacerda Neto - Diretor Geral Eden Wam Gomes Castro - Gestor Financeiro
158293	CODÓ	Wady Lima Castro Junior - Diretor Geral Sebastião Learte Santos - Gestor Financeiro
158291	S. JOÃO DOS PATOS	Elissandro Tavares da Silva – Diretor Geral Walber Francisco Pereira - Gestor Financeiro
158456	CAXIAS	João da Paixão Soares – Diretor Geral Guilherme Andrade Lopes - Gestor Financeiro
158276	MARACANÃ	Lucimeire Amorim Castro – Diretora Geral Marcos Lima de Araújo - Gestor Financeiro
158285	BARREIRINHAS	José Valdir Damascena Araújo – Diretor Geral Victor Alves de Carvalho - Gestor Financeiro
158292	ALCÂNTARA	Edalton dos Reis Silva - Diretor Geral Edson Claudio Araújo de Jesus - Gestor Financeiro
158296	S.R. MANGABEIRAS	Jânio Fernandes e Silva - Diretor Geral Rayanne L. dos Santos Silva - Gestor Financeiro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

158845	TIMON	Jackellyne Georgia Dutra e Silva Leite – Diretor Geral Suze Kely Aragão Ribeiro - Gestor Financeiro
158288	CENTRO HISTÓRICO	Paulo Batalha Goncalves – Diretor Geral Daniele Saraiva M. de Moraes - Gestor Financeiro
158286	MONTE CASTELO	Claudio Leão Torres – Diretora Geral Evandro de Carvalho Gomes - Gestor Financeiro
158455	COELHO NETO	Arcenildo da Silva Nascimento – Diretor Geral Luís Maciel Batista Serra - Gestor Financeiro
154854	GRAJAÚ	Francisco Alberto Gonçalves Filho – Diretor Geral Widglan Barbosa de Sousa Nunes - Gestor Financeiro
154855	PEDREIRAS	José Cardoso de Souza Filho – Diretor Geral Marcos Reges Reis Ribeiro - Gestor Financeiro
154859	S. JOSÉ DE RIBAMAR	Marco Antônio Goiabeira Torreão – Diretor Geral Anselmo Alves Neto - Gestor Financeiro
154856	VIANA	Fabio Lustosa Souza - Diretor Geral Anderson Gedeon Buzar Reis - Gestor Financeiro
155113	ROSÁRIO	Madalena Martins de Sousa Neves – Diretora Geral
155111	CAROLINA	José Diocledes Goes Gonçalves – Diretor Geral
155112	PORTO FRANCO	Júlio César Nascimento Souza – Diretor Geral
154858	ARAIOSES	Raimundo Pinho Gondinho – Diretor Geral Rafael Castello Branco Ciarlini - Gestor Financeiro
154857	ITAPECURU MIRIM	Francisco Inaldo Lima Lisboa – Diretor Geral Darlan Gama Martins - Gestor Financeiro

### 3 DA AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna, AUDINT, é um órgão técnico de controle que funciona junto ao Colegiado – Conselho Superior da Instituição, com orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

---

Interno do Poder Executivo Federal em sua respectiva área de jurisdição, conforme a assevera a alínea “c”, do art. 7º, da Resolução nº 28/2009, publicada no DOU de 24/08/2009, que dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal do Maranhão, criado pela Lei nº 11.892/2008.

A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a alta gestão da Instituição, bem como racionalizar as ações de controle típicas do Sistema de Controle Interno do Executivo, em obediência ao Capítulo X da Instrução Normativa nº. 01/2001/CGU que trata da organização das auditorias internas, contribuindo desta forma com o Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente, ou seja, fundamento legal art. 21, da Resolução nº 28/2009.

A IN/SFC-MF N.º 01, de 06 de abril de 2001, que trata sobre as Unidades de Auditoria Interna das Entidades da Administração Indireta, define Auditoria Interna como um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade à qual está vinculada.

Coaduna com os conceitos exarados acima, a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU N.º 01, de 11 de maio de 2016, quando define auditoria interna como “atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização”.

A Instrução Normativa Conjunta MP/CGU N.º 01, de 11 de maio de 2016 afirma que a auditoria interna auxilia as organizações a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança.

Segundo a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU N.º 01, de 11 de maio de 2016, as auditorias internas no âmbito da Administração Pública se constituem na terceira linha ou camada de defesa das organizações, uma vez que são responsáveis por proceder à avaliação da operacionalização dos controles internos da gestão (primeira linha ou camada de defesa, executada por todos os níveis de gestão dentro da organização) e da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

---

supervisão dos controles internos - segunda linha ou camada de defesa, executada por instâncias específicas, como comitês de risco e controles internos - (BRASIL, IN 01, 2016).

Segundo Instrução Normativa Conjunta MP/CGU N.º 01, de 11 de maio de 2016, a compete às auditorias internas:

a) oferecer avaliações e assessoramento às organizações públicas, destinadas ao aprimoramento dos controles internos, de forma que controles mais eficientes e eficazes mitiguem os principais riscos de que os órgãos e entidades não alcancem seus objetivos;

b) avaliar os componentes dos controles internos da unidade auditada a partir dos ambientes de controle, intitulados: - ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controles internos, informação e monitoramento.

E ainda, cabe a AUDINT elaborar o Plano Anual da Auditoria Interna – PAINT do exercício seguinte, que será aprovado através de resolução do Conselho Superior, bem como, o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINT, que serão encaminhados ao Órgão ou à Unidade de Controle Interno que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle, conforme dispõe a Instrução Normativa no. 24, de 17 de novembro de 2015.

Para tanto, o RAINT 2016 está estruturado de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa no. 24, de 17 de novembro de 2015, que traça as diretrizes para a elaboração e apresentação do Relatório Anual da Auditoria Interna (RAINT), que estabelece requisitos mínimos, conforme descritos abaixo:

I - relação dos macroprocessos ou temas passíveis de serem trabalhados, classificados por meio de matriz de risco, com a descrição dos critérios utilizados para a sua elaboração;

II - identificação dos macroprocessos ou temas constantes da matriz de risco, a serem desenvolvidos no exercício seguinte, considerando o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos; e

III - estimativa de horas destinadas às ações de capacitação e participação em eventos que promovam o fortalecimento das atividades de auditoria interna.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

### 3.1 Força de trabalho da Unidade de Auditoria Interna

#### 3.1.1 Cargo/Função/Formação Acadêmica

Na execução dos trabalhos de auditoria realizados no exercício de 2016, a AUDINT, contou com a força de trabalho identificada na tabela 3, a seguir:

**Tabela 3. Servidores Auditoria Interna - cargo – função – formação acadêmica.**

<b>Nome dos servidores</b>	<b>Cargo/Função/Formação Acadêmica.</b>
<b>Liderança</b>	
1. Maria do Socorro S. Lages	Chefe da Auditoria interna - Mestre em Administração - Especialista em Contabilidade Pública, Auditoria e Controladoria e Licitações e Contratos Administrativos e Bacharel em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.
2. Anderson Amorim Alves	Auditor e Assistente da Auditoria - Especialista em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal – Bacharel em Ciências Contábeis e Graduando em Matemática
3. Diógenes Silva Redondo	Secretário da Auditoria e Graduado em Matemática
<b>Auditores</b>	
4. Dulcineide dos R. M. Rego	Auditor - Especialista em Gestão Pública e Bacharel em Direito
5. Halden Délio F. Pereira	Auditor - Especialista em Gestão Pública e Bacharel em Ciências Contábeis
6. Clauber Correa Carvalho	Auditor e Bacharel em Direito
7. Herlon J. Coelho Serejo	Auditor - Especialista em Auditoria e Bacharel em Ciências Contábeis.
8. João Luiz T. de Azevedo	Auditor - Especialista em Gestão Pública e Bacharel em Ciências Contábeis.
<b>Auditores admitidos a partir de agosto de 2016</b>	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

9. Lucas Arruda M. Calixto	Auditor e Bacharel em Direito
10. Marcelo A. S. Paiva	Auditor - Especialista em Auditoria e Bacharel em Ciências Contábeis
11. Maria das Dores R. Silva	Auditor e Bacharel em Direito
<b>Audidores afastados desde 2015</b>	
12. Livia M. J. M. de Mello	Afastada para Mestrado de 06/04/2015
13 Dulcineide dos R. M. Rego	Afastada para exercício de Cargo de Direção CD-3 – Campus Monte Castelo até outubro de 2016.

Fonte: Pró-Reitoria de Recursos Humanos

#### **4 DESCRIÇÕES DOS TRABALHOS REALIZADOS PELA AUDITORIA INTERNA EM CONFORMIDADE COM O PAINT – 2016 – APROVADO PELA RESOLUÇÃO N.º 13/2016**

Ao longo do exercício de 2016, a Auditoria Interna pautou sua atuação nas ações previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2016, tanto nos trabalhos de auditoria realizadas como nas demandas encaminhadas pelo CONSUP, pela Reitoria e ainda, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a exemplo do TC 014.980/2015-0, encaminhado para AUDINT, por intermédio do Ofício 278.199/2016-TCU/SEFIP/DIAUP, que tratou de auditoria realizada por aquela Corte de Contas, na área de gestão de pessoas.

No exercício de 2016, foram programadas ações de auditoria para as seguintes unidades gestoras: 1) Reitoria (UG 158128); 2) Campus São Luís Monte Castelo (UG 158286); 3) Campus São Luís Maracanã (UG 158276); 4) Campus São Luís Centro Histórico (UG 158288); 5) Campus Codó (UG158293); 6) Campus Imperatriz (UG158294); 7) Campus São Raimundo das Mangabeiras (UG158296); 8) Campus Açailândia (UG158295); 9) Campus Buriticupu (UG158283); 10) Campus Santa Inês (UG158290); 11) Campus Bacabal (UG158297); 12) Campus Zé Doca (UG158289); 13) Campus São João dos Patos (UG158291); 14) Campus Barra do Corda (UG158284); 15) Campus Caxias (UG158456); 16) Campus Timon (UG158457); 17) Campus Pinheiro (UG158282); 18) Campus Alcântara (UG158292); e 19) Campus Barreirinhas (UG 158285), distribuídas em





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

macroprocessos finalísticos - dimensão ensino - e macroprocessos apoio - dimensão administração e gestão de pessoas.

Desta forma, consta na tabela 5, a descrição das auditorias realizadas a partir das ações programadas no PAINT – 2016, devidamente aprovado pela Resolução no. 13/2016, do Conselho Superior do IFMA.

**Tabela 4 – Auditorias previstas e realizadas no exercício de 2016**

AUDITORIAS PROGRAMADAS E REALIZADAS - PAINT 2016	
UNIDADES AUDITADAS CAMPUS / REITORIA	ÁREAS PROGRAMADAS E AUDITADAS
Monte Castelo Maracanã Codó Zé Doca Imperatriz	<b>MACROPROCESSO FINALÍSTICO: DIMENSÃO ENSINO</b>
	<p><b>Processo:</b> Programa de Assistência Primária ao Educando (Auxílio transporte/Auxílio Moradia e Auxílio Alimentação).</p> <p><b>Objetivo:</b> aferir e avaliar os controles internos mantidos no âmbito dos Programas de Assistência Primária (Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia e Auxílio Transporte), compreendidos dentro da Política de Assistência ao Educando do IFMA.</p> <p>Os trabalhos foram realizados em 5 unidades gestoras que, tomadas em conjunto, representaram 50,64% do orçamento da ação governamental 2994 (Assistência Estudantil) do IFMA no exercício de 2015.</p> <p><b>Recursos envolvidos</b> R\$ 12.376.052,88</p> <p><b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº 01/2016</p> <p><b>Resultado:</b> Relatório de Auditoria nº 001/2016</p> <p><b>Processo</b> nº 23249.015289/16-21</p>
Buriticupu	<b>MACROPROCESSO APOIO: DIMENSÃO ADMINISTRAÇÃO</b>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almoxarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b></p> <p>a) avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Câmpus e pela Reitoria, incluindo as aquisições de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade. Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI;</p> <p>b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações de contas;</p> <p>c) análise da fase de liquidação da despesa com os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almoxarifado e bens patrimoniais), incluindo a legislação fiscal;</p> <p>d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos, isto é, guarda, localização, segurança nos moldes do que determina a IN SEDAP nº 205/1988;</p> <p>e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora;</p> <p>f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.</p> <p><b>Escopo:</b> a) Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g) Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens</p>
--	---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almojarifado com os registros SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; p) verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.</p> <p><b>Recursos envolvidos</b> R\$ 2.657.460,25</p> <p><b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº 02/2016.</p> <p><b>Resultados:</b> Relatório de Auditoria nº 002/2016, Notas de Auditorias n.ºs 009, 010 e 11/2016.</p> <p><b>Processo</b> nº 23249.030356/16-9</p>
São Raimundo das Mangabeiras	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almojarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b></p> <p>a) avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Câmpus e pela Reitoria, incluindo as aquisições de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade.</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI;</p> <p>b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações de contas;</p> <p>c) análise da fase de liquidação da despesa com os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almoxarifado e bens patrimoniais), incluindo a legislação fiscal;</p> <p>d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos, isto é, guarda, localização, segurança nos moldes do que determina a IN SEDAP nº 205/1988;</p> <p>e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora;</p> <p>f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.</p> <p><b>Escopo:</b> a) Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g) Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almoxarifado com os registros SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a</p>
--	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAIN T – Exercício 2016*

	<p>consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora;</p> <p>p) verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.</p> <p><b>Recursos envolvidos</b> R\$ 2.546.325,78</p> <p><b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº 03/2016</p> <p><b>Resultados:</b> Relatório de Auditoria nº 04/2016</p> <p><b>Processo</b> nº 23249.043797/16-14</p>
Zé Doca	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almoxarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b></p> <p>a) avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Câmpus e pela Reitoria, incluindo as aquisições de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade. Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI; b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações de contas; c) análise da fase de liquidação da despesa com os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almoxarifado e bens patrimoniais), incluindo a legislação fiscal; d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos, isto é, guarda, localização, segurança nos moldes do que determina a IN SEDAP nº 205/1988;</p> <p>e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.</p> <p><b>Escopo:</b> a) Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g) Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almoxarifado com os registros SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; p) verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.</p> <p><b>Recursos envolvidos</b> R\$2.462.451,28</p> <p><b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº 05/2016</p> <p><b>Resultados:</b> Relatório de Auditoria nº 05/2016</p> <p><b>Processo</b> nº 23249. 039563/16-56</p>
--	---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

São João dos Patos	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almoxarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b> avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Câmpus e pela Reitoria, incluindo as aquisições de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade. Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI; b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações de contas; c) análise da fase de liquidação da despesa com os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almoxarifado e bens patrimoniais), incluindo a legislação fiscal; d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos, isto é, guarda, localização, segurança nos moldes do que determina a IN SEDAP nº 205/1988; e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.</p> <p><b>Escopo:</b> a) Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g) Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almoxarifado com os registros</p>
--------------------	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; p) verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.</p> <p><b>Recursos envolvidos</b> R\$1.782.046,59</p> <p><b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº 07/2016</p> <p><b>Resultados:</b> Relatório de Auditoria nº 007/2016, NA 017/2016</p> <p><b>Processo</b> nº 23249. 049549/16-61</p>
Monte Castelo	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almoxarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b> a) avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Câmpus e pela Reitoria, incluindo as aquisições de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade. Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI; b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações de contas; c) análise da fase de liquidação da despesa com os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almoxarifado e bens</p>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>patrimoniais), incluindo a legislação fiscal; d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos, isto é, guarda, localização, segurança nos moldes do que determina a IN SEDAP n° 205/1988;</p> <p>e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.</p> <p><b>Escopo:</b> a) Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g) Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almoxarifado com os registros SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; p) verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.</p> <p><b>Recursos envolvidos:</b> R\$13.431.975,33</p>
--	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p><b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº13/2016</p> <p><b>Resultados:</b> Relatório de Auditoria nº 013/2016</p> <p><b>Processo</b> nº 23249. 056215/16-43</p>
Campus Alcântara	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almoxarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b> avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Câmpus e pela Reitoria, incluindo as aquisições de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade. Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI; b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações de contas; c) análise da fase de liquidação da despesa com os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almoxarifado e bens patrimoniais), incluindo a legislação fiscal; d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos, isto é, guarda, localização, segurança nos moldes do que determina a IN SEDAP nº 205/1988;</p> <p>e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.</p> <p><b>Escopo:</b> a)Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g)</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almoxarifado com os registros SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; p) verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.</p> <p><b>Recursos envolvidos:</b> R\$1.333.564,99</p> <p><b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº031/2016</p> <p><b>Resultados:</b> Relatório de Auditoria nº 031/2016</p> <p><b>Processo</b> nº 23249.054284/16-12</p>
Campus Pinheiro	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almoxarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b> avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Câmpus e pela Reitoria, incluindo as aquisições de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade. Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI; b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>de contas; c) análise da fase de liquidação da despesa com os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almojarifado e bens patrimoniais), incluindo a legislação fiscal; d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos, isto é, guarda, localização, segurança nos moldes do que determina a IN SEDAP nº 205/1988;</p> <p>e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.</p> <p><b>Escopo:</b> a) Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g) Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almojarifado com os registros SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; p) verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.</p>
--	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p><b>Recursos envolvidos:</b> R\$1.321.672,46</p> <p><b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº 032/2016</p> <p><b>Resultados:</b> Relatório de Auditoria nº 032/2016</p> <p><b>Processo</b> nº 23249.054284/16-12</p>
Bacabal	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almoxarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b> avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Câmpus e pela Reitoria, incluindo as aquisições de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade. Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI; b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações de contas; c) análise da fase de liquidação da despesa com os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almoxarifado e bens patrimoniais), incluindo a legislação fiscal; d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos, isto é, guarda, localização, segurança nos moldes do que determina a IN SEDAP nº 205/1988;</p> <p>e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.</p> <p><b>Escopo:</b> a)Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g) Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almoxarifado com os registros SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; p) verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.</p> <p><b>Recursos envolvidos:</b> R\$1.080.995,10 <b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº 034/2016. <b>Resultados:</b> Relatório de Auditoria nº 034/2016, NA 019/2016. <b>Processo</b> nº 23249.056982/16-52</p>
Campus Santa Inês	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almoxarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b> avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Câmpus e pela Reitoria, incluindo as aquisições de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade.</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI; b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações de contas; c) análise da fase de liquidação da despesa com os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almojarifado e bens patrimoniais), incluindo a legislação fiscal; d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos, isto é, guarda, localização, segurança nos moldes do que determina a IN SEDAP nº 205/1988;</p> <p>e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.</p> <p><b>Escopo:</b> a) Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g) Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almojarifado com os registros SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; p) verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em</p>
--	---



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.</p> <p><b>Recursos envolvidos:</b> R\$2.156.530,52</p> <p><b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº 035/2016</p> <p><b>Resultados:</b> Relatório de Auditoria nº 035/2016, NA 005/2016, NA 006/2016, NA 007/2016, NA 008/2016.</p> <p><b>Processo</b> nº 23249.05640/16-55</p>
Codó	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almoxarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b> avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Câmpus e pela Reitoria, incluindo as aquisições de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade. Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI; b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações de contas; c) análise da fase de liquidação da despesa com os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almoxarifado e bens patrimoniais), incluindo a legislação fiscal; d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos, isto é, guarda, localização, segurança nos moldes do que determina a IN SEDAP nº 205/1988;</p> <p>e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.</p>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

**Escopo:** a) Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g) Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almojarifado com os registros SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; p) verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.

**Recursos envolvidos** R\$5.410.020,61

**Execução de auditoria:** Ordem de Serviço nº 033/2016

**Resultados:** Relatório de Auditoria nº 033/2016

**Processo** nº 23249.057036/16-23



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

Maracanã	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almoxarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b> avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Câmpus e pela Reitoria, incluindo as aquisições de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade. Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI; b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações de contas; c) análise da fase de liquidação da despesa com os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almoxarifado e bens patrimoniais), incluindo a legislação fiscal; d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos, isto é, guarda, localização, segurança nos moldes do que determina a IN SEDAP n° 205/1988; e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.</p> <p><b>Escopo:</b> a) Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g) Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almoxarifado com os registros</p>
----------	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; p) verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.</p> <p><b>Recursos envolvidos:</b> R\$23.907.279,50</p> <p><b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº 025/2016</p> <p><b>Resultados:</b> Relatório de Auditoria nº 025/2016</p> <p><b>Processo</b> nº 23249.039519/16-46</p>
Timon	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almoxarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b> avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Câmpus e pela Reitoria, incluindo as aquisições de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade. Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI; b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações de contas; c) análise da fase de liquidação da despesa com</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almoxarifado e bens patrimoniais), incluindo a legislação fiscal; d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos, isto é, guarda, localização, segurança nos moldes do que determina a IN SEDAP nº 205/1988;</p> <p>e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora;</p> <p>f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.</p> <p><b>Escopo:</b> a) Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g) Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almoxarifado com os registros SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; p) verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.</p>
--	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p><b>Recursos envolvidos:</b> R\$1.772.128,61</p> <p><b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº 038/2016</p> <p><b>Resultados:</b> Relatório de Auditoria nº 038/2016.</p> <p><b>Processo</b> nº 23249.040556/16-13</p>
Caxias	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almoxarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b> avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Câmpus e pela Reitoria, incluindo as aquisições de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade. Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI; b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações de contas; c) análise da fase de liquidação da despesa com os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almoxarifado e bens patrimoniais), incluindo a legislação fiscal; d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos, isto é, guarda, localização, segurança nos moldes do que determina a IN SEDAP nº 205/1988; e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.</p> <p><b>Escopo:</b> a)Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g) Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almoxarifado com os registros SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; p) verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.</p> <p><b>Recursos envolvidos:</b> R\$2.972.855,27</p> <p><b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº 40/2016</p> <p><b>Resultados:</b> Relatório de Auditoria nº 40/2016</p> <p><b>Processo</b> nº 23249.040555/16-52</p>
Centro Histórico	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almoxarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b> avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Câmpus e pela Reitoria, incluindo as aquisições</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade. Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI; b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações de contas; c) análise da fase de liquidação da despesa com os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almojarifado e bens patrimoniais), incluindo a legislação fiscal; d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos, isto é, guarda, localização, segurança nos moldes do que determina a IN SEDAP nº 205/1988; e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.

**Escopo:** a) Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g) Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almojarifado com os registros SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; p)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.</p> <p><b>Recursos envolvidos:</b> R\$1.007.265,18</p> <p><b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº 014/2016</p> <p><b>Resultados:</b> Relatório de Auditoria nº 014/2016</p> <p><b>Processo</b> nº 23249.043690/16-51</p>
Reitoria	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almoxarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b> avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Câmpus e pela Reitoria, incluindo as aquisições de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade. Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI; b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações de contas; c) análise da fase de liquidação da despesa com os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almoxarifado e bens patrimoniais), incluindo a legislação fiscal; d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos, isto é, guarda, localização, segurança nos moldes do que determina a IN SEDAP nº 205/1988;</p> <p>e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora;</p>





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.</p> <p><b>Escopo:</b> a) Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g) Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almoxarifado com os registros SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; p) verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.</p> <p><b>Recursos envolvidos:</b> R\$</p> <p><b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº 027/2016</p> <p><b>Resultados:</b> Relatório de Auditoria nº 027/2016, NA 018/2016, NA 023/2016, NA 024/2016.</p> <p><b>Processo</b> nº 23249.039655/16-65</p>
	<p><b>MACROPROCESSO APOIO: DIMENSÃO GESTÃO DE PESSOAS</b></p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

<p>Reitoria – Gestão de Pessoas (Atos de Admissão de Pessoal)</p>	<p><b>Processos:</b> Atos de Admissão de Pessoal – Técnicos Administrativos e Docentes – cargo efetivo e substituto/temporário.</p> <p><b>Objetivo:</b> a) Avaliar a integridade e completude do atendimento da Instrução Normativa TCU nº 055/2007, que trata da obrigatoriedade de registros dos atos de admissão, concessões de aposentadoria e pensão, junto ao Tribunal de Contas da União, via SISAC, para atendimentos de dispositivos constitucionais; b) Avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a organização.</p> <p><b>Escopo:</b> a) Análise de 100% dos processos de admissão, concessões de aposentaria e de pensão, inclusive de contratados.</p> <p><b>Execução de auditoria:</b> Ordem de Serviço nº 026/2016</p> <p><b>Resultados:</b> Relatório de Auditoria nº 026/2016 e 041/2016</p> <p><b>Processo</b> nº 23249.057000/16-41 e 039635/16-65</p>
---	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016

<p>Reitoria – Gestão de Pessoas - Acumulação de cargos.</p> <p>Obs.: Todos os Campus, incluindo a Reitoria.</p>	<p><b>Processos:</b> Acumulação de Cargos – Técnicos Administrativos e Docentes – cargo efetivo e substituto/temporário.</p> <p><b>Objetivo:</b> a) Verificar o fiel cumprimento da legislação inerente aos atos de admissão de pessoal, inclusive com cruzamentos em bancos de dados, tais como a Relação Anual de Informações – RAIS, além de circularizações externas; b) Avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a organização.</p> <p><b>Escopo:</b> a) análise de toda a população de servidores ativos do IFMA, em 13/05/2016, que correspondem 3.011.</p> <p><b>Execução de auditoria:</b> Ordens de Serviços nº 08, 010, 011,012, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 028, 029, 030, 036 e 039/16.</p> <p><b>Resultados:</b> Relatórios de Auditorias nºs 08, 010, 011, 012, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 028, 029, 030, 036 e 039/16.</p>
---	---

Tabela 5 - CENÁRIO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS DE SERVIDORES – EXERCÍCIO/2016\*

ITEM	CAMPUS	TOTAL DE SERVIDORES	ACÚMULO	PERCENTUAL DE ACÚMULO POR UNIDADE (%)
01	Maracanã	229	16	6,99
02	Imperatriz	218	23	10,55
03	São R. das Mangabeiras	102	29	28,43
04	Açailândia	111	30	27,03
05	Monte Castelo	511	62	12,13
06	São José de Ribamar	26	5	19,23
07	Reitoria	280	14	5,00
08	Barra do Corda	91	22	24,18
09	Timon	109	20	18,35
10	Coelho Neto	51	15	29,41
11	Santa Inês	104	25	24,04



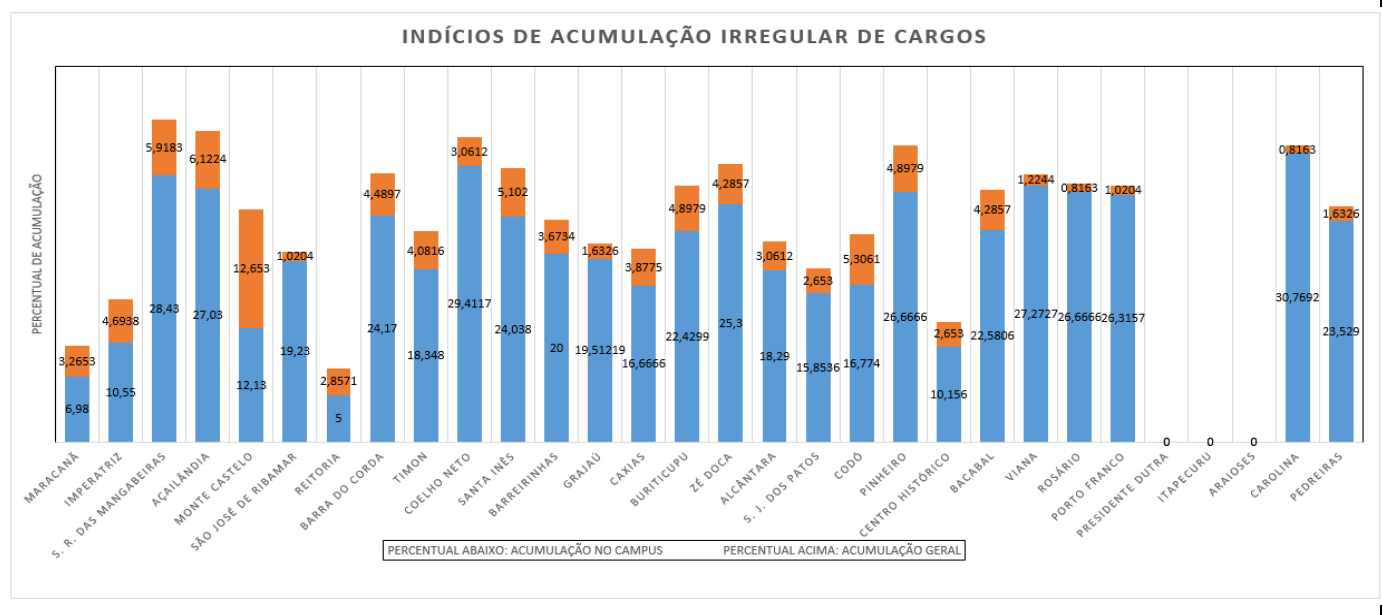
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**AUDITORIA INTERNA**

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

12	Barreirinhas	90	18	20,00
13	Grajaú	41	8	19,51
14	Caxias	114	19	16,67
15	Buriticupu	107	24	22,43
16	Zé Doca	83	21	25,30
17	Alcântara	82	15	18,29
18	São João dos Patos	82	13	15,85
19	Codó	155	26	16,77
20	Pinheiro	90	24	26,67
21	Centro Histórico	128	13	10,16
22	Bacabal	93	21	22,58
23	Viana	22	6	27,27
24	Rosário	15	4	26,67
25	Porto Franco	19	5	26,32
26	Presidente Dutra	2	0	0,00
27	Itapecuru	6	0	0,00
28	Araioses	3	0	0,00
29	Carolina	13	4	30,77
30	Pedreiras	34	8	23,53
<b>TOTAL</b>		<b>3011</b>	<b>490</b>	<b>16,27</b>

\*Consulta quadro de servidores no SUAP em 13.05.2016.

**Gráfico 1 – DEMONSTRATIVO DE INDÍCIOS DE ACUMULAÇÃO POR UNIDADE – 2016**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

## 5 AÇÕES DE AUDITORIAS PROGRAMADAS E NÃO REALIZADAS COM JUSTIFICATIVAS PARA A NÃO EXECUÇÃO

### 5.1 Justificativas para não cumprimento integral do PAINT 2016

No tocante, as auditorias **programadas e não realizadas** que constaram no PAINT-2016, para os Campus Imperatriz, Açailândia, Barra do Corda e Barreirinhas, não ocorreram pelas seguintes razões motivadoras, aliada aos históricos de regularidade das unidades em tela:

- a) Grande volume de procedimentos e testes utilizados nos trabalhos relacionados como as auditorias da gestão de pessoas – acumulação de cargos -, demonstrado na tabela 5 e gráfico 1, do presente relatório.
- b) Grande volume de procedimentos e testes utilizados nos trabalhos relacionados como as auditorias da gestão de pessoas – vedação da Lei n.8/112/90 - sócio administrador -, num total de 3.100 (três mil e cem) servidores, isto é, todos os servidores do IFMA.
- c) Auditoria nos atos de admissão de pessoal, num total de 261 atos examinados, provocados pelo grande número de servidores que vem sendo admitidos na Instituição em razão do processo de expansão.
- d) Auditores recém-admitidos e sem experiência em auditoria governamental, que estão sendo treinados em serviço;
- e) Afastamentos de dois outros auditores, um para exercer cargo comissionado e outro para cursar mestrado, conforme demonstrado no tópico sobre a força de trabalho da auditoria interna;
- f) Por fim, o recebimento de demandas oriundas do Conselho Superior, da Ouvidoria, da Autoridade Máxima e do TCU como já dito no item 4, do presente relatório.

Esclarecemos, ainda, que para as unidades Pedreiras, São José de Ribamar, Viana, Grajaú, Coelho Neto, Araioses, Itapecuru-Mirim, Presidente Dutra, Rosário, Carolina



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINI – Exercício 2016*

e Porto Franco, não foram programadas auditoria no PAINT-2016, em razão das mesmas terem iniciados suas atividades em 2015 e ou/ 2016 e de forma precária.

Portanto, segue na tabela 6, a descrição das ações de auditoria programadas de realizadas, conforme justificativas constantes no subitem acima.

**Tabela 6 - Auditorias programadas no PAINT 2016 e não realizadas**

Unidades	ÁREAS PROGRAMADAS
Campus Açailândia	<p><b>Processo:</b> Gestão de Bens e Serviços, incluindo suprimento de fundos, Gestão de Contratos, Gestão Patrimonial (Almoxarifado e Patrimônio), Gestão orçamentaria e financeira, Gestão da Frota e os sistemas de controles internos das respectivas áreas.</p> <p><b>Objetivo:</b> avaliar, por amostragem, a regularidade dos processos licitatórios realizados pelos Campus e pela Reitoria, incluindo as aquisições de TI, serão selecionados pelos critérios de materialidade, relevância e criticidade. Constar a real necessidade e se está de acordo com planejamento institucional e em caso da TI com o PDTI; b) avaliar as concessões, prestações de contas e os registros no SIAFI dos processos de prestações de contas; c) análise da fase de liquidação da despesa com os lançamentos no sistema de gestão patrimonial (almoxarifado e bens patrimoniais), incluindo a legislação fiscal; d) verificar as condições de armazenamento dos bens adquiridos nos moldes do que determina a IN SEDAP nº 205/1988; e) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; f) verificar se os pagamentos obedecem a ordem cronológica de entrada no setor financeiro, em caso negativo, avaliar as justificativas para tal conduta.</p>
Campus Imperatriz	
Campus Barra do Corda	
Campus Barreirinhas	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p><b>Escopo:</b> a) Análise dos processos licitatórios nas modalidades: pregão eletrônico, dispensas de licitações e inexigibilidade, adesão a atas de registro de preços; b) Regime diferenciado de licitação; c) Suprimentos de fundos – cartão corporativo; d) Fiscalização e gerenciamento dos contratos; e) Patrimônio (bens móveis e imóveis); f) Execução orçamentária; g) Execução financeira; h) Frota; i) Verificar os registros de entrada dos bens adquiridos pelas unidades auditadas, em confrontando com as notas fiscais pagas; j) Analisar os Relatórios Mensais do Almojarifado com os registros SAUP e com a contabilidade; l) Avaliar os controles internos adotados na gestão patrimonial; k) Avaliar os registros do SPIUnet e da contabilidade; m) Analisar se os bens patrimoniais estão sendo depreciados; n) Analisar se todos os bens imóveis têm documentos hábeis para registros no SPIUnet; o) avaliar a capacidade dos controles internos das áreas auditadas de identificarem, evitarem, corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos e das metas propostas para a unidade gestora; p) verificar se os contratos de natureza continuada estão sendo executados em conformidade com o contratado, de modo a evitar inexecução injustificada, execução fora das especificações, pagamentos sem respaldo contratuais ou indevidos.</p>
--	---

## 6 DESCRIÇÕES DOS TRABALHOS REALIZADOS SEM PREVISÃO NO PAINT 2016

Preliminarmente, é prudente utilizar-se dos conceitos da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU N.º 01, de 11 de maio de 2016, quando afirma que a auditoria interna auxilia as organizações a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

Nesta linha de conceitos, foram realizados os procedimentos de auditoria nas demandas recebidas pela AUDINT, no decorrer do exercício 2016, fatores que impactaram positivamente na organização, do ponto de vista da resposta aos riscos, da melhoria do desenho dos controles internos e da integridade.

Neste contexto, apresenta-se, na tabela 7, a descrição dos trabalhos realizados pela AUDINT sem previsão no PAINT-2016. Sendo assim, é oportuno dizer que, os mencionados trabalhos contribuíram para o não cumprimento de todas as ações de auditoria programadas para o exercício de 2016.

**Tabela 7 – Ações de Auditorias realizadas sem previsão do PAINT 2016**

PROCESSO N.º 23249.	DOC./AUDINT	OBJETO AUDITADO
023766/16-21	RA 003	Demanda Ouvidoria - Acumulação irregular de cargo, descumprimento de regime de trabalho de docentes, sobreposição de carga horária de servidores com atividades do PRONATEC, uso irregular de veículos institucionais, uso de terceirizados em atividades fora da organização.
023292/16-17	RA 006	Demanda Ouvidoria - Sobreposição de carga horária de servidores com atividades do PRONATEC.
039528/16-37	RA 037	Demanda Ouvidoria - Liberação de servidor sem a Observância do devido processo legal e sem competência para a realização do citado ato administrativo.
037545/16-31	RA 009	Demanda Ouvidoria - Uso irregular de recursos provenientes de projeto de pesquisa por docente.
043353/15-81	NA 001	Demanda Ouvidoria - Descumprimento de regime de trabalho por docente.
023669/15-57	NA 002	Demanda Ouvidoria - Acumulação irregular de cargos público.
045584/15-21	NA 003	Desaparecimento de bens patrimoniais.
047247/15-77	NA 004	Desaparecimento de bens patrimoniais.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016

027598/16-42	NA 012	Demanda Ouvidoria - Acumulação irregular de cargos público.
030328/16-19	NA 013	Demanda Ouvidoria - Descumprimento de regime de trabalho docente.
022572/6-16	NA 014	Demanda Ouvidoria - Sobreposição de carga horária de servidores com atividades do PRONATEC.
026991/16-19	NA 015	Demanda Ouvidoria - Acumulação irregular de cargos público.
010617/15-11	NA 016	Gratificação de Encargo de Curso e Concurso.
016432/16-17	NA 020	Afastamento de servidor <i>stricto sensu</i>
036835/16-66	NA 025	Demanda Ouvidoria - Gratificação de Encargo de Curso e Concurso
036939/16-71	NA 027	Gratificação de Encargo de Curso e Concurso
031984/016-39	NA 028	Gratificação de Encargo de Curso e Concurso
TC 14.980/15-0	NA 029	Demanda TCU - Aposentadoria por Invalidez com outro vínculo empregatício.
TC 14.980/15-0	NA 030	Demanda TCU - Aposentadoria por Invalidez com outro vínculo empregatício
TC 14.980/15-0	NA 031	Demanda TCU - Servidor na condição de Sócio Administrador de Empresa
TC 14.980/15-0	NA 032	Demanda TCU - Servidor na condição de Sócio Administrador de Empresa
TC 14.980/15-0	NA 033	Demanda TCU - Servidor na condição de Sócio Administrador de Empresa
TC 14.980/15-0	NA 034	Demanda TCU - Servidor na condição de Sócio Administrador de Empresa
TC 14.980/15-0	NA 035	Demanda TCU - Acumulação Ilícita de Cargos Públicos.
TC 14.980/15-0	NA 036	Demanda TCU - Acumulação ilícita de Cargos
TC 14.980/15-0	NA 037	Demanda TCU – Acumulação ilícita de Cargos
TC 14.980/15-0	NA 038	Demanda TCU - Acumulação ilícita de Cargos
TC 14.980/15-0	NA 039	Demanda TCU - Acumulação ilícita de Cargos
TC 14.980/15-0	NA 040	Demanda TCU - Acumulação ilícita de Cargos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

TC 14.980/15-0	NA 041	Demanda TCU - Acumulação ilícita de Cargos
TC 14.980/15-0	NA 042	Demanda TCU - Acumulação ilícita de Cargos
TC 14.980/15-0	NA 043	Demanda TCU Aposentadoria por Invalidez com outro vínculo empregatício
056864/16-44	NA 026 e 044	Servidores com indícios de Sócios Administradores de Empresa
059664/16-43	NA 045	Demanda Ouvidoria - Terceirizado com grau de parentesco de servidor com cargo de direção.
Diversos	NT 001 a 112	Demanda CONSUP/Reitor – Pedido de alteração de regime de trabalho – Ajuda de custo – Auxílio moradia, etc.

## **7 ANÁLISE CONSOLIDADA DO NÍVEL DE MATURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DAS UNIDADES AUDITADAS**

No decorrer dos trabalhos de auditoria, constatou-se que os controles internos adotados pelos gestores e servidores na consecução de suas atividades, permanecem frágeis e sem capacidade de agir sobre os riscos a que estão expostos.

Vale ressaltar, que em todos os Relatórios de Auditoria, produzidos no exercício de 2016, constam recomendações sobre a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno, bem como do gerenciamento de riscos.

Vale ressaltar, ainda, que em todas as auditorias realizadas no decorrer de 2016, foram testados os controles internos adotados nas atividades auditadas, e o ponto de partida, para tais avaliações, foram as diretrizes da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (*INTOSAI*, em inglês) e os reiterados julgados do TCU.

Quanto às áreas que apresentam maiores riscos estão: a) gestão de pessoas, especialmente a categoria de professores com regime de dedicação exclusiva, em virtude da proibição de não possuírem qualquer vínculo empregatício, isto é, seja público ou seja privado; b) gestão de bens e serviços, de modo especial os contratos de natureza continuada, em razão da capacitação e/ou qualificação direcionada aos fiscais de contrato ser incipiente, aliado à rotatividade de servidores dos Campus.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

## **8 DESCRIÇÃO DOS FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM POSITIVA OU NEGATIVAMENTE NOS RECURSOS E NA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA E NA REALIZAÇÃO DAS AUDITÓRIAS**

No decorrer de 2016, alguns fatores impactaram na realização das auditorias, nos recursos e organização da unidade de auditoria, ora de forma positiva ora de forma negativa, a saber:

a) Auditoria nos atos de admissão de pessoal, auditoria de acumulação de cargos e auditoria de servidores na condição de sócio administrador, demanda recebida do TCU;

b) Auditores recém-admitidos e sem experiência em auditoria governamental, que estão sendo treinados em serviço;

c) Afastamentos de dois outros auditores, um para exercer cargo comissionado (CD-3), no campus São Luís Monte Castelo e outro para cursar mestrado, conforme demonstrado no tópico sobre a força de trabalho da auditoria interna, indicado na tabela 3.

d) Por fim, o recebimento de demandas oriundas do Conselho Superior, da Ouvidoria, da Autoridade Máxima do IFMA e do Tribunal de Contas da União, fatores que geraram auditorias especiais, como demonstrados na tabela 7, do presente relatório.

## **9 QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS NO EXERCÍCIO, BEM COMO AS VINCENDAS E AS NÃO IMPLEMENTADAS NA DATA DE FINALIZAÇÃO DO RAINT 2016**

Dado o grande número de recomendações emitidas, no decorrer do exercício de 2016, apresentam-se na tabela abaixo, aquelas que são primordiais e necessárias às boas práticas de governança, sendo que o prazo para o total cumprimento corresponde ao término do exercício financeiro de 2017.

### **Quadro 1 – Recomendações pendentes de implementação**

<b>RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE IMPLEMENTAÇÃO</b>
--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

Recomendações:

- a) Que aperfeiçoe os mecanismos de controle interno existentes no setor responsável pelos registros dos atos de admissão e concessões de aposentadoria e pensão no SISAC;
- b) Que aperfeiçoe os mecanismos de controle interno para monitorar os servidores com possíveis acumulações indevidas;
- c) Que aperfeiçoe os mecanismos de controle interno para todas as atividades do IFMA;
- d) Que proceda a revisão do contrato de natureza continuada, tendo vista que se encontram de forma onerosa para a administração Pública;
- e) Que capacite os fiscais dos contratos de natureza continuada;
- f) Que adote programa de gerenciamento de riscos.

## 10 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS

No decorrer de 2016 os servidores da AUDINT participaram cursos de capacitação, sendo que as capacitações promovidas estão diretamente relacionadas com as atividades desenvolvidas por cada auditor, conforme tabela abaixo:

**Tabela 08 – Treinamentos – Capacitação – Servidores AUDINT**

Nome	Cursos
Anderson Amorim Alves	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Modalidades, tipos e fases da licitação - Instituto Legislativo Brasileiro – CH 40 horas aula;</li><li>2. Controle Social – Escola Nacional de Administração Pública – CH 20 horas aula;</li><li>3. Comunicação Escrita – Fundação Bradesco – CH 91 horas aula.</li></ol>
Clauber Correa Carvalho	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Planejamento Governamental e Gestão Orçamentária e Financeira – Tribunal de Contas da União – CH 30 horas/aula;</li><li>2. Obras Públicas de edificações e de Saneamento – Tribunal de Contas da União – CH 50 horas/aula;</li></ol>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	<p>3. Controles na Administração Pública - Tribunal de Contas da União – CH 30 horas/aula;</p>
<p>Halden Délio Fernandes Pereira</p>	<p>1. Modalidades, tipos e fases da licitação - Instituto Legislativo Brasileiro – CH 40 horas aula;</p> <p>2. Obras Públicas de edificações e de Saneamento – Tribunal de Contas da União – CH 50 horas/aula;</p> <p>3. Controles na Administração Pública - Tribunal de Contas da União – CH 30 horas/aula.</p>
<p>Herlon Jackson Coelho Serejo</p>	<p>1. Obras Públicas de edificações e de Saneamento – Tribunal de Contas da União – CH 50 horas/aula;</p> <p>2. Modalidades, tipos e fases da licitação - Instituto Legislativo Brasileiro – CH 40 horas aula;</p> <p>3. Introdução ao Orçamento Público - Instituto Legislativo Brasileiro – CH 40 horas aula.</p>
<p>João Luiz Trinta de Azevedo</p>	<p>1. Controles na Administração Pública - Tribunal de Contas da União – CH 30 horas/aula;</p> <p>2. Gestão estratégica com Foco na Administração Pública - Instituto Legislativo Brasileiro – CH 40 horas aula;</p> <p>3. Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos - Escola Nacional de Administração Pública – CH 40 horas aula;</p> <p>4. Obras Públicas de edificações e de Saneamento – Tribunal de Contas da União – CH 50 horas/aula;</p>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
AUDITORIA INTERNA

*Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT – Exercício 2016*

	5. Planejamento Governamental e Gestão Orçamentária e Financeira – Tribunal de Contas da União – CH 30 horas/aula
--	---

## **11 DESCRIÇÕES DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA AO LONGO DO EXERCÍCIO**

Neste ponto, é preciso dizer, que todas as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, no decorrer dos anos, foram e são pautadas pelo compromisso de agregar valor à gestão deste Instituto e ainda, de contribuir com o aperfeiçoamento da gestão, na busca da eficiência, da eficácia, da economicidade e da efetividade, do seu principal negócio, a educação.

Sendo assim, o processo auditar necessita de aprimoramento, sempre e de forma contínua como todo e qualquer processo da atividade administrativa e, principalmente, nas organizações públicas que devem obediência aos regramentos maiores exarados no art. 37, da CF/88, ou seja, os princípios que regem da administração pública brasileira: legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

Neste panorama, os trabalhos desenvolvidos pela AUDINT, ao longo do tempo e não somente no exercício de 2016, é perceptiva a melhoria organizacional, tendo-se como exemplo, a institucionalização do seu código de ética e de conduta, tendo como marco embrionário as recomendações da auditoria interna.

Outro exemplo, de benefícios oriundos de recomendações da auditoria interna é a observância do princípio de segregação de funções pela maioria das unidades auditadas, no decorrer do exercício de 2016.

Por fim, conclui-se que as recomendações exaradas nos relatórios de auditoria servem como balizador para a melhoria da governança institucional e das ações gerenciais.

São Luiz (MA), 17 de março de 2017.

**MARIA DO SOCORRO SILVA LAGES**  
Chefe da Unidade de Auditoria Interna